



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

PROJETO DE LEI Nº 121, DE 1999

AUTOR:
(DO SR. ENIO BACCI)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Disciplina a propriedade e a posse de cães em todo o território nacional e dá outras providências.

DESPACHO: 10/06/99 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 121, DE 1999)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:
A COM. DE CONST. E JUST. E DE REDAÇÃO, EM 24/06/99

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CCJR	24/06/99
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de: Constituição e Justiça		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.141, DE 1999
(DO SR. ENIO BACCI)



Disciplina a propriedade e a posse de cães em todo o território nacional e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 121, DE 1999)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - A propriedade e a posse de cães obedecerá as normas desta lei.

Art. 2º - É vedada a venda de cães de quaisquer raças a pessoas menores de dezoito anos.

Art. 3º - Todos os criadores de cães no território nacional ficam obrigados a se cadastrarem junto a órgão competente do Poder Executivo, a ser designado na regulamentação desta lei.

Art. 4º - Após o nascimento do cão, o proprietário, criador ou responsável pela guarda do animal providenciará seu registro imediato junto ao órgão controlador de que trata o artigo 3º.

§ 1º - o número do registro de que trata o caput será tatuado ou registrado em dispositivo eletrônico instalado sob a pele do animal, por clínicas veterinárias credenciadas para esse fim junto a órgão competente do Poder Executivo.

§ 2º - o cão deverá ter seu número de registro tatuado ou nele instalado por dispositivo eletrônico no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir de seu quinto mês de vida.

§ 3º - todos os criadores de cães do país deverão se cadastrar junto ao órgão competente do Poder Executivo.



Art. 5º - Os criadores, proprietários ou responsáveis pela guarda de cães deverão obedecer as seguintes normas:

I – criar o animal em condições que não lhe propiciem o desenvolvimento de comportamento agressivo injustificado;

II – manter o animal em local seguro, evitando sua evasão;

III – fixar, em local de fácil visibilidade, placa de advertência indicando a presença de animal feroz;

IV – usar, obrigatoriamente, enforcador e guia ao transitar com o animal em vias públicas ou em locais fora de sua residência;

V – usar equipamentos apropriados ao transportar cães em veículos;

VI – providenciar, junto ao órgão público competente, a vacinação anual do animal contra hidrofobia;

VII – comunicar trimestralmente, ao órgão público competente, as vendas de filhotes e animais adultos;

VIII – submeter o animal à avaliação comportamental e de socialização, a ser feita por adestradores ou veterinários designados pelo órgão público controlador, quando solicitada pelas autoridades competentes;

Parágrafo único: a condução de cães em áreas públicas ou em locais fora de sua residência somente será permitida a pessoas com tamanho e força necessários para mantê-lo sob controle.

Art. 6º - O cão que for considerado perigoso na avaliação comportamental estará sujeito às seguintes medidas:



I – adestramento adequado obrigatório;

II – guarda em condições adequadas à contenção do animal, sob estrita vigilância do proprietário ou adestrador, de forma a impossibilitar sua evasão;

III – condução em locais públicos ou veículos apenas com a utilização de equipamentos de contenção, como guias curtas, coleira com enforcador, focinheira e caixas especiais para transporte.

Art. 7º - Em caso de agressão a seres humanos, o cão agressor será imediatamente recolhido e mandado à avaliação comportamental, a ser feita por médico veterinário.

Parágrafo único: constatada a impossibilidade de manutenção do cão no convívio social sem riscos para seres humanos, o veterinário emitirá parecer recomendando o sacrifício do animal.

Art. 8º - O criador, proprietário ou responsável pela guarda do animal responderá civil e criminalmente, na forma da legislação federal em vigor, pelos danos físicos e materiais decorrentes da agressão dos cães a quaisquer pessoas, seres vivos ou bens de terceiros.

Art. 9º - Nenhuma raça de cão será extinta em razão de atos agressivos injustificados.

Art. 10º - Fica o Governo Federal autorizado a cobrar preço público, cujos valores serão definidos por meio de decreto, na implementação das medidas estabelecidas por esta lei.

Art. 11º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 12º - Revogam-se as disposições em contrário.



JUSTIFICATIVA

Buscamos o presente projeto de lei do Deputado Distrital Paulo Tadeu, no sentido de que sua sugestão seja aplicada em todo o território nacional, pois sua própria justificativa afirma que: “o comportamento agressivo de um cão é estimulado exclusivamente por quatro fatores: instinto de caça, instinto de defesa, perpetuação da espécie e hierarquia. Quaisquer outros motivos diferentes destes decorrem da ação do homem sobre o animal, ou seja, do adestramento e da educação.

Os casos de agressões por parte dos cães poderiam ter sido evitadas se proprietários, criadores e vítimas, dispusessem de mais informações sobre a raça que criam, os mecanismos de defesa existentes na psicodinâmica canina e da legislação vigente.

A falta de comunicação é sempre decorrência da ação humana, pois os animais são seres irracionais e a convivência com os humanos é que os fazem adquirir os hábitos de serem acariciados, castigados, premiados, desprezados ou até mesmo treinados para serem usados como verdadeiras armas. A criação e a educação dada a qualquer raça canina definem o comportamento dócil ou agressivo do animal.

O cão sempre foi e sempre será o melhor amigo do homem, por ser um animal domesticável pelo próprio ser humano, que é o único responsável pelo seu treinamento adequado. A história registra que o cão tem sido companheiro inseparável do homem desde 8.000 A.C. Especula-se que quando o homem primitivo apareceu, o cão o protegeu e a seus rebanhos dos predadores que vagueavam pela terra.

A Constituição Federal estabeleceu direitos também para os animais, conforme estabelece seu artigo 225, § 1º, inciso VII.

“Art. 225. (...)

§ 1º (...)

(...)

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.”(Grifo nosso).



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Dessa maneira, é imprescindível que reflitamos, pesquisemos e discutamos amplamente de forma imparcial e racional, a questão da propriedade e da posse responsável dos cães em todo o território brasileiro.”

Sala das sessões, 10/06/ 99.

Deputado ENIO BACCI
PDT/RS

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	10/06/09 às 14:28
Nome	HH
Ponto	2861



CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

CAPÍTULO VI
Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.